



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário - Área Judiciária

Especialidade Execução de Mandados

Caderno de Prova, Cargo AX , Tipo 001

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Básicos Conhecimentos Específicos Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Agosto/2006

CONHECIMENTOS BÁSICOS

PORTUGUÊS

Instruções: As questões de números 1 a 12 referem-se ao texto seguinte.

As crônicas de Rubem Braga

Décadas atrás, afortunados leitores de jornal podiam contar com uma coluna em que sobravam talento, reflexão, observação atenta das cenas da vida, tudo numa linguagem límpida, impecável, densamente poética e reflexiva. Era uma crônica de Rubem Braga. Os chamados “assuntos menores”, que nem notícia costumam ser, ganhavam na pena do cronista uma grandeza insuspeitada. Falasse ele de um leiteiro, de um passarinho, de um pé de milho, de um casal na praia, de uma empregada doméstica esperando alguém num portão de subúrbio – tudo de repente se tornava essencial e vivo, mais importante que a escandalosa manchete do dia. É o que costumam fazer os grandes artistas: revelam toda a carga de humanidade oculta que há na matéria cotidiana pela qual costumamos passar desatentos.

Rubem Braga praticamente só escreveu crônicas, como profissional. À primeira vista, espanta que seja considerado um dos grandes escritores brasileiros dedicando-se tão-somente a um gênero considerado “menor”: a crônica sempre esteve longe de ter o prestígio dos romances ou dos contos, da poesia ou do teatro. Mas o nosso cronista acabou por elevá-la a um posto de dignidade tal que ninguém se atreverá de chamar seus textos de “páginas circunstanciais”. Tanto não o foram que estão todas recolhidas em livros, driblando o destino comum do papel de jornal. Recusaram-se a ser um entretenimento passageiro: resistem a tantas leituras quantas se façam delas, reeditam-se, são lidas, comentadas, não importando o dia em que foram escritas ou publicadas.

Conheci Rubem Braga já velho, cansado, algo impaciente e melancólico, falando laconicamente a estudantes de faculdade. Parecia desinteressado da opinião alheia, naquele evento organizado por uma grande empresa, a que comparecera apenas por força de contrato profissional. Respondia monossilabicamente às perguntas, com um olhar distante, às vezes consultando o relógio. Não sabíamos, mas já estava gravemente doente. Fosse como fosse, a admiração que os jovens mostravam pelo velho urso pouco lhe dizia, era

evidente que preferiria estar em outro lugar, talvez sozinho, talvez numa janela, ou na rede do quintal de seu apartamento (sim, seu apartamento de cobertura tinha um quintal aéreo, povoado de pássaros e plantas), recolhendo suas últimas observações, remoendo seus antigos segredos. Era como se nos dissesse: “Não me perguntem mais nada, estou cansado, tudo o que me importou na vida já escrevi, me deixem em paz, meninos.”

E teria razão. O leitor que percorrer crônicas do velho Braga saberá que ele não precisaria mesmo dizer nada além do que já disse e continua dizendo em suas páginas mágicas, meditadas, incapazes de passar por cima da poesia da vida.

(Manuel Régio Assunção)

1. Em relação ao gênero que adotou ao escrever seus textos, a principal contribuição de Rubem Braga foi
 - (A) organizá-los em livro, pois o escritor sabia que não causariam grande impacto numa edição de jornal.
 - (B) dotá-los de um prestígio de que, até então, não eram merecedoras as crônicas publicadas em jornal.
 - (C) dotá-los de uma dignidade maior do que a já reconhecida, por exemplo, nos romances e nos poemas.
 - (D) escrevê-los evitando os chamados “assuntos menores”, que lhe pareciam desinteressantes e melancólicos.
 - (E) escrevê-los como “páginas circunstanciais”, consciente de que as coisas efêmeras são a matéria exclusiva das crônicas.

2. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. Uma das qualidades dos grandes artistas, como Rubem Braga, é iluminar de modo especial aquilo que, malgrado sua intensidade humana, pode passar desapercibido.
 - II. Apesar de não ser mais que um entretenimento passageiro, uma crônica não deve, por isso, ser considerada menos importante do que um romance ou um poema.
 - III. Antes mesmo de serem editadas em livro, as crônicas de Rubem Braga já se impunham como textos altamente expressivos nas páginas dos jornais.

Segundo as convicções do autor, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, apenas.

<p>3. Quanto ao sentido, estabelecem entre si uma relação de oposição as seguintes expressões:</p> <p>(A) <i>páginas circunstanciais / entretenimento passageiro</i></p> <p>(B) <i>falando laconicamente / respondia monossilabicamente</i></p> <p>(C) <i>recolhendo suas observações / remoendo seus segredos</i></p> <p>(D) <i>um gênero considerado “menor” / um posto de dignidade tal</i></p> <p>(E) <i>recusaram-se a ser um entretenimento passageiro / resistem a tantas leituras quantas se façam delas</i></p>	<p>6. (...) <u>revelam toda a carga de humanidade oculta que há na matéria cotidiana pela qual costumamos passar desatentos.</u></p> <p>O segmento sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para a correção e a coerência da frase acima, por</p> <p>(A) na qual sempre nos cruzamos em nossa desatenção.</p> <p>(B) diante de cuja é hábito passarmos distraídos.</p> <p>(C) da qual é costume passarmos indiferentes.</p> <p>(D) por cuja nos habituamos a cruzar com indiferença.</p> <p>(E) por onde nos habituamos a passar distraídos.</p>
<p>4. Estão corretos o emprego e a forma dos tempos verbais na seguinte frase:</p> <p>(A) O leitor que vir a percorrer crônicas do velho Braga estará sabendo atestar o valor de permanência dessas páginas.</p> <p>(B) O grande cronista falava do que lhe aprouver, confiante na riqueza da matéria oculta de cada cena, de cada fragmento da vida cotidiana com que se depare.</p> <p>(C) Não conveio a Rubem Braga aceitar a suposta fatalidade de ser um gênero “menor”, pois decidiu valer-se da crônica como veículo de alta expressão literária.</p> <p>(D) Desafortunado o leitor que não reter das crônicas de Rubem Braga as lições de poesia e de estilo, que o escritor soubesse ministrar a cada texto.</p> <p>(E) Da obra de Rubem Braga advira um prestígio que o gênero da crônica jamais gozara anteriormente, considerada que fosse como simples leitura de entretenimento.</p>	<p>7. Transpondo-se para a voz passiva a frase <i>tudo o que me importou na vida já escrevi</i>, ela ficará:</p> <p>(A) Tudo o que me importou na vida já foi por mim escrito.</p> <p>(B) Tudo o que a vida me importou já fora escrito por mim.</p> <p>(C) A vida já me importou em tudo o que escrevi.</p> <p>(D) Já está escrito na vida tudo o que ela me importou.</p> <p>(E) Tudo o que me importou na vida já tenho escrito.</p>
<p>5. As normas de concordância verbal e nominal estão plenamente atendidas na frase:</p> <p>(A) Reservam-se os artistas o direito (ou privilégio?) de escolherem o gênero e a forma que lhes pareçam os mais adequados ao seu intento de expressão.</p> <p>(B) Não se reconhecia na crônica, antes de Rubem Braga, quaisquer méritos que pudessem alçá-la à altura dos chamados grandes gêneros literários.</p> <p>(C) Não cabem aos críticos ou aos historiadores da literatura estipular se o gênero de uma ou outra obra é maior ou menor em si mesmos.</p> <p>(D) Uma vez submetido ao poder de sedução de seu estilo admirável, é possível que custassem aos leitores de Rubem Braga ficar aguardando a crônica seguinte.</p> <p>(E) Não lhe bastassem, além do estilo límpido, ter os olhos de um grande fotógrafo, Rubem Braga ainda freqüentava as alturas da poesia lírica.</p>	<p>8. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:</p> <p>(A) O autor faz-nos deduzir de que já não se encontra, nos jornais de hoje, crônicas que se possa comparar com o nível das que escrevia Rubem Braga, há décadas atrás.</p> <p>(B) A certa altura do texto, quando relembra o autor a imagem que lhe ficou do rápido contato que teve com o cronista, a figura evocada é a de um homem melancólico.</p> <p>(C) Não é tão simples como possa parecer, alguém retirar da matéria do cotidiano uma linguagem capaz de expressar-se com a limpidez e a elegância como Rubem Braga.</p> <p>(D) Rubem Braga provou tratar-se de uma injustiça que a crônica seja vista como um gênero menor, quando o mesmo as escreveu promovendo-lhes ao mais alto nível.</p> <p>(E) Quando se julga que há assuntos maiores e menores, se parte do erro de não prevenir que justamente os grandes artistas desdenham tal preconceito, que lhes vêm de fora.</p> <p>9. O leitor que <u>percorrer crônicas do velho Braga</u> <u>saberá</u> que ele não <u>precisaria</u> mesmo dizer nada além do que já <u>disse</u>.</p> <p>Na frase acima, está correta a articulação entre os tempos verbais sublinhados, assim como também estaria no caso da seguinte seqüência:</p> <p>(A) percorrerá – terá sabido – precisasse – dissesse</p> <p>(B) percorresse – saberá – precise – tenha dito</p> <p>(C) percorresse – saberia – precisava – dissera</p> <p>(D) percorreu – soubera – precisasse – disse</p> <p>(E) percorrera – sabia – precise – dissesse</p>

10. Parecia desinteressado da opinião alheia, naquele evento organizado por uma grande empresa, a que comparecera apenas por força de contrato profissional.

A frase acima permanecerá formalmente correta caso se substituam os elementos sublinhados, respectivamente, por

- (A) infenso pela opinião alheia / onde fora
- (B) infenso à opinião alheia / em que se fizera presente
- (C) imparcial pela opinião alheia / aonde estivera
- (D) neutralizado sobre a opinião alheia / na qual estivera
- (E) imparcial com a opinião alheia / aonde se apresentara

11. Rubem Braga escreveu muitas crônicas, nutriu as crônicas com a matéria do cotidiano, fez as crônicas atingir um patamar que parecia interdito às crônicas, e notabilizou-se empregando todo o seu talento nas crônicas.

Evitam-se as viciosas repetições e mantém-se a correção do período acima, substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:

- (A) nutriu-as – fê-las atingir – a elas parecia interdito – nelas todo o seu talento.
- (B) nutriu-as – fez-lhes atingir – lhes parecia interdito – a elas todo o seu talento.
- (C) nutriu-lhes – as fez atingir – parecia-lhes interdito – em cujas todo o seu talento.
- (D) as nutriu – fez-lhes atingir – parecia interdito às mesmas – nelas todo o seu talento.
- (E) nutriu-lhes – fez elas atingirem – parecia-lhes interdito – nestas todo o seu talento.

12. Quanto à pontuação, a frase inteiramente correta é:

- (A) Quando Rubem Braga já velho, compareceu ao evento programado, notou-se que, mais do que apenas abatido estava impaciente, com as perguntas que lhe faziam.
- (B) Ressalte-se que, houve antes de Rubem Braga cronistas importantes, mas nenhum deles se dedicou exclusivamente às crônicas, nem lhes deu como Braga, tal densidade poética.
- (C) Muitos trabalhadores do povo que jamais haviam merecido atenção mais séria, passaram a ser protagonistas, de inesquecíveis crônicas de Rubem Braga.
- (D) Nos jornais, ou em livros as crônicas de Braga costumam prender a atenção do leitor, com tanta intensidade que este não é capaz de arredar os olhos do texto, fascinado, que fica.
- (E) Não é de se imaginar, realmente, que um texto publicado em jornal possa aspirar à mesma permanência a que, em princípio, fariam jus os textos cuidadosamente editados em livro.

MATEMÁTICA

13. Seja N um número inteiro cujo produto por 9 é igual a um número natural em que todos os algarismos são iguais a 1. A soma dos algarismos de N é

- (A) 27
- (B) 29
- (C) 33
- (D) 37
- (E) 45

14. Trabalhando individualmente, o funcionário A é capaz de cumprir certa tarefa em 8 horas, o funcionário B em 6 horas e o funcionário C em 5 horas. Nessas condições, se trabalharem juntos na execução dessa tarefa, o esperado é que ela seja cumprida em, aproximadamente,

- (A) 1 hora e 40 minutos.
- (B) 2 horas, 2 minutos e 2 segundos.
- (C) 2 horas e 20 minutos.
- (D) 2 horas, 22 minutos e 30 segundos.
- (E) 2 horas e 54 minutos.

15. Dois analistas judiciários devem emitir pareceres sobre 66 pedidos de desarquivamento de processos. Eles decidiram dividir os pedidos entre si, em quantidades que são, ao mesmo tempo, diretamente proporcionais às suas respectivas idades e inversamente proporcionais aos seus respectivos tempos de serviço no Tribunal Regional do Trabalho. Se um deles tem 32 anos e trabalha há 4 anos no Tribunal, enquanto que o outro tem 48 anos e lá trabalha há 16 anos, o número de pareceres que o mais jovem deverá emitir é

- (A) 18
- (B) 24
- (C) 32
- (D) 36
- (E) 48

16. Um motorista fez um certo percurso em 6 dias, viajando 8 horas por dia com a velocidade média de 70 km/h. Se quiser refazer esse percurso em 8 dias, viajando 7 horas por dia, deve manter a velocidade média de

- (A) 55 km/h
- (B) 57 km/h
- (C) 60 km/h
- (D) 65 km/h
- (E) 68 km/h

17. Considere que em certo mês 76% das ações distribuídas em uma vara trabalhista referiam-se ao reconhecimento de vínculo empregatício e que, destas, 20% tinham origem na área de indústria, 25% na de comércio e as 209 ações restantes, na área de serviços. Nessas condições, o número de ações distribuídas e NÃO referentes ao reconhecimento de vínculo empregatício era

- (A) 240
- (B) 216
- (C) 186
- (D) 120
- (E) 108

18. Dentre os pares (x, y) de números inteiros tais que a soma do primeiro número com o dobro do segundo número é igual a 64, considere o par em que o produto x . y é máximo. Os números x e y são tais que

- (A) x é uma potência de 2
- (B) y é um múltiplo de 3
- (C) y é um divisor de 8
- (D) x = y
- (E) $x = \frac{y}{2}$

19. Um peso de papel, feito de madeira maciça, tem a forma de um cubo cuja aresta mede 0,8 dm. Considerando que a densidade da madeira é 0,93 g/cm³, quantos gramas de madeira foram usados na confecção desse peso de papel?

- (A) 494,18
- (B) 476,16
- (C) 458,18
- (D) 49,418
- (E) 47,616

20. Uma caixa de água tem o formato de um cilindro circular reto, altura de 5 m e raio da base igual a 2 m. Se a água em seu interior ocupa 30% de seu volume, o número de litros de água que faltam para enchê-lo é

- (A) 43,4 Dado: $\pi = 3,1$
- (B) 4 150
- (C) 4 340
- (D) 41 500
- (E) 43 400

LEGISLAÇÃO

21. No que diz respeito ao direito de petição, é correto afirmar que

- (A) a prescrição poderá ser relevada pela Administração em se tratando de caso excepcional ou interesse público.
- (B) os prazos estabelecidos para assegurar o direito de petição são absolutos, ou sempre fatais e improrrogáveis.
- (C) o pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.
- (D) o direito de requerer prescreve em 120 (cento e vinte) dias, quanto ao ato de demissão.
- (E) o prazo de prescrição será contado da data da ocorrência que deu causa ao ato impugnado.

22. No que diz respeito à remoção do servidor público federal, considere as assertivas abaixo:

- I. O retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado é uma das características do ato de remoção.
- II. É considerada modalidade de remoção quando for a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração.
- III. É também modalidade de remoção quando for de ofício, no interesse da Administração.
- IV. A cessão do servidor para ter exercício em outro órgão ou entidade pública é um dos requisitos para o ato de remoção.

Estão corretas APENAS o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

23. Cristiane Vasconcelos, analista judiciário, está em débito com o erário e teve sua disponibilidade cassada. Nesse caso, a servidora deverá quitar o débito no prazo legal de

- (A) sessenta dias, sendo que a não quitação do débito no prazo implicará sua inscrição em dívida ativa.
- (B) cento e vinte dias, sendo que a não quitação do débito no prazo implicará sua inscrição em dívida passiva.
- (C) noventa dias, sob pena de ser instaurado processo administrativo disciplinar por retenção de valores.
- (D) trinta dias, prorrogável por igual período, sendo que a sua não quitação implicará no bloqueio de sua remuneração.
- (E) quarenta e cinco dias, prorrogável por igual período, e não quitando nesse prazo sofrerá penalidade estatutária.

24. Em matéria de penalidades disciplinares, considere:

- I. Celso Carvalho, analista judiciário, ausentou-se, durante o expediente, das dependências do Tribunal Regional do Trabalho, onde prestava serviço, para tratar de assuntos particulares, sem prévia autorização de Ana Beatriz, sua chefe imediata. Em razão disso, sofreu pena de advertência. Após alguns dias, Celso reiterou aquela conduta de ausência sem autorização.
- II. Célia Neves, analista judiciário, praticou ato de insubordinação grave no Tribunal Regional do Trabalho, de onde é servidora pública.

Diante disso, os analistas judiciários Celso e Célia estão sujeitos, respectivamente, às penalidades de

- (A) exoneração e multa na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de remuneração.
- (B) multa na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento e suspensão por 60 (sessenta) dias.
- (C) repreensão por escrito e disponibilidade.
- (D) advertência reiterada e demissão.
- (E) suspensão até 90 (noventa) dias, de regra, e demissão.

25. No que tange à atividade de instrução no processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é INCORRETO afirmar que

- (A) cabe à Administração Pública a prova dos fatos alegados pelo interessado em virtude do princípio do interesse público e da eficiência.
- (B) o interessado poderá, antes de tomada a decisão, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.
- (C) somente poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.
- (D) encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de 10 (dez) dias, salvo se outro for legalmente fixado.
- (E) antes de tomada a decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, poderá ser realizada audiência pública para debates sobre a matéria do processo.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

26. No Windows XP, em sua configuração padrão e original, uma operação NÃO possível entre as opções regionais é a personalização do

- (A) símbolo de agrupamento de dígitos.
- (B) formato de moeda positivo.
- (C) símbolo decimal.
- (D) formato de número negativo.
- (E) símbolo de sinal positivo.

27. Entre as opções do controle de alterações constante das ferramentas originais e padrão do MS-Word 2000, é possível

- (A) habilitar funções de autocorreção.
- (B) comparar documentos.
- (C) habilitar a hifenização automática de documentos.
- (D) proteger documentos.
- (E) gravar uma macro.

28. No Windows XP,

- (A) é totalmente possível compartilhar uma pasta com os usuários de um único computador ou até mesmo de uma rede.
- (B) não é possível a ativação do compartilhamento de impressoras por meio do Assistente de configuração de rede.
- (C) não é permitido o compartilhamento de pastas, mas sim a réplica de arquivos em cada computador da rede.
- (D) somente é possível habilitar aos usuários de uma rede a consulta aos arquivos de uma pasta compartilhada.
- (E) é totalmente possível compartilhar uma pasta com os usuários de um mesmo computador, mas não com os de uma rede.

29. São termos respectiva e intrinsecamente associados à tipologia conhecida de vírus, serviço de Internet e mensagens enviadas em massa por meio de correio eletrônico:

- (A) *Telnet, chat e host.*
- (B) *Spyware, Cavalo de Troia e hoax.*
- (C) *Shareware, FTP e spam.*
- (D) *Cavalo de Tróia, chat e spam.*
- (E) *Middleware, FTP e hoax.*

30. Basicamente, as funções de cálculo/controle, armazenamento temporário de dados e leitura/gravação de dados são realizadas em um microcomputador, respectivamente, nos dispositivos:

- (A) Periféricos, EPROM e ROM.
- (B) CPU, barramento e ROM.
- (C) CPU, RAM e periféricos.
- (D) ROM, CPU e SLOT.
- (E) SLOT, EPROM e periféricos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A licença é um ato administrativo
- (A) unilateral e vinculado, pelo qual a Administração Pública faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade.
 - (B) unilateral e discricionário, por meio do qual a Administração faculta ao particular o uso privativo de bem público, a título precário.
 - (C) bilateral e discricionário, pelo qual o órgão competente exerce o controle *a posteriori* desse ato complexo.
 - (D) unilateral, vinculado e precário, pelo qual os órgãos consultivos da Administração emitem opinião sobre assuntos técnicos ou jurídicos.
 - (E) bilateral e vinculado, por meio do qual a Administração Pública reconhece a legalidade desse ato jurídico.

32. A lei que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal dispõe que os atos administrativos que apresentam defeitos sanáveis poderão ser
- (A) declarados inexistentes pela própria autoridade que os expediu ou por seu superior hierárquico, com efeitos irretroativos, no prazo prescricional de até 10 (dez) anos.
 - (B) anulados pelo Poder Judiciário por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
 - (C) convalidados pela própria Administração Pública, em decisão motivada, desde que não haja lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
 - (D) revogados com efeitos retroativos, quando eivados de vício de legalidade ou de finalidade, no prazo prescricional de até 5 (cinco) anos.
 - (E) anulados no prazo prescricional de até 2 (dois) anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé, quando decorram efeitos favoráveis para os destinatários.

33. No que se refere às entidades da administração indireta, é certo que as autarquias
- (A) são pessoas jurídicas de direito público, que podem ser estruturadas sob a forma de sociedade anônima e constituídas por capital público.
 - (B) são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por lei específica para a prestação de serviços públicos não privativos do Estado.
 - (C) instituídas por lei, para o desempenho de atividades econômicas ou para a prestação de serviços públicos descentralizados, sujeitam-se ao controle ou tutela do Estado.
 - (D) possuem imunidade tributária relativa aos impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços, vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
 - (E) detêm capacidade de auto-administração, uma vez que têm o poder de criar o próprio direito, nos limites de ação fixado pela Constituição Federal.

34. Em matéria de classificação dos atos administrativos, considere:
- I. O ato imperfeito é o que está sujeito a condição ou termo para que comece a produzir seus efeitos.
 - II. O ato consumado encontra-se em condições de produzir efeitos jurídicos, posto que já completou integralmente seu ciclo de formação.
 - III. Os atos de império são todos aqueles que a Administração Pública pratica usando de sua supremacia sobre o administrado ou servidor e lhes impõe obrigatório atendimento.
 - IV. Atos complexos são os que resultam da manifestação de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único.
- É correto APENAS o que consta em
- (A) I e III.
 - (B) III e IV.
 - (C) II e IV.
 - (D) I, II e IV.
 - (E) I, II e III.

35. Antonio Machado, servidor público do Tribunal Regional do Trabalho, 4ª Região, foi cedido para ter exercício de cargo em comissão na Secretaria de Estado da Justiça, do Estado de São Paulo. Nesse caso, o ônus da remuneração será do órgão
- (A) cessionário ou cedente, conforme livre escolha das autoridades superiores, e a cessão far-se-á mediante Deliberação publicada na imprensa oficial.
 - (B) cedente, e a cessão far-se-á mediante Resolução do Tribunal Regional do Trabalho, respectivo, publicada no Diário Oficial da Justiça do Estado.
 - (C) cedente durante os primeiros seis meses, e após do cessionário, sendo que a cessão far-se-á mediante Autorização do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, publicada na imprensa oficial.
 - (D) cessionário, e a cessão far-se-á por Decreto do Governador do Estado de São Paulo, publicado no Diário Oficial do Estado.
 - (E) cessionário, e a cessão far-se-á mediante Portaria publicada no Diário Oficial da União.

36. Considere as seguintes assertivas com relação ao Contrato com Pessoa a Declarar:
- I. A indicação da pessoa que deve adquirir os direitos e assumir as obrigações decorrentes do contrato deve ser comunicada à outra parte no prazo de trinta dias da conclusão do contrato, se outro não tiver sido estipulado.
 - II. A pessoa, nomeada para adquirir os direitos e assumir as obrigações decorrentes do contrato, adquire-os a partir do momento em que este foi celebrado.
 - III. Se a pessoa nomeada para adquirir os direitos e assumir as obrigações decorrentes do contrato era incapaz ou insolvente no momento da nomeação, o contrato produzirá seus efeitos entre os contratantes originários.
- De acordo com o Código Civil brasileiro, é correto APENAS o que consta em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II e III.
 - (D) III.
 - (E) I.

<p>37. De acordo com o Código Civil brasileiro, em regra, prescreve em 1 (um) ano a pretensão</p> <p>(A) dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários.</p> <p>(B) para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela.</p> <p>(C) contra os liquidantes, por violação da lei ou do estatuto, contado o prazo da primeira assembléia semestral posterior à violação.</p> <p>(D) de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.</p> <p>(E) dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários.</p>	<p>40. De acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil, com relação à vigência das leis, é correto afirmar:</p> <p>(A) As correções a texto de lei já em vigor não são considerados lei nova, por expressa disposição legal.</p> <p>(B) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país sessenta dias depois de oficialmente publicada.</p> <p>(C) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia seis meses depois de oficialmente publicada.</p> <p>(D) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.</p> <p>(E) A lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue, inclusive se destinar-se à vigência temporária.</p>
<p>38. De acordo com o Código Civil brasileiro, em regra, o terceiro não interessado, que paga dívida antes do seu vencimento, em seu próprio nome,</p> <p>(A) não tem direito a reembolsar-se do que pagou porque adimpliu em seu próprio nome.</p> <p>(B) quando do vencimento da obrigação, tem direito a reembolsar-se do que pagou mas não se sub-roga nos direitos do credor.</p> <p>(C) não tem direito a reembolsar-se do que pagou porque não é terceiro interessado no adimplemento da obrigação.</p> <p>(D) quando do vencimento da obrigação, tem direito a reembolsar-se do que pagou e sempre se sub-roga nos direitos do credor.</p> <p>(E) assim que ocorre o adimplemento da obrigação, independente do vencimento, tem direito a reembolsar-se do que pagou e se sub-roga nos direitos do credor.</p>	<p>41. A herança vacante, a massa falida e o espólio serão representados em juízo, respectivamente, pelo</p> <p>(A) curador, pelo inventariante e pelo síndico.</p> <p>(B) síndico, pelo curador e pelo inventariante.</p> <p>(C) curador, pelo síndico e pelo inventariante.</p> <p>(D) síndico, pelo inventariante e pelo curador.</p> <p>(E) inventariante, pelo curador e pelo síndico.</p>
<p>39. De acordo com o Código Civil brasileiro, com relação à obrigação de indenizar, salvo se houver prescrição, aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor,</p> <p>(A) no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir acrescido de multa de 50% sobre o valor principal.</p> <p>(B) no primeiro caso, do que dele exigir e, no segundo, o dobro do que houver cobrado.</p> <p>(C) em ambos os casos, o dobro do que houver cobrado ou exigido, por expressa determinação legal neste sentido.</p> <p>(D) no primeiro caso, o que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir acrescido de multa de 50% sobre valor principal.</p> <p>(E) no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir.</p>	<p>42. Considere os bens passíveis de execução do devedor:</p> <p>I. Títulos da Dívida Pública da União.</p> <p>II. Ações de sociedade anônima de capital fechado.</p> <p>III. 400 cabeças de gado.</p> <p>IV. Um apartamento para veraneio.</p> <p>Numa execução por quantia certa contra devedor solvente, ao fazer a nomeação de bens à penhora, esse devedor deverá observar a ordem indicada em</p> <p>(A) I, III, IV e II.</p> <p>(B) I, II, III e IV.</p> <p>(C) IV, III, II e I.</p> <p>(D) II, III, I e IV.</p> <p>(E) III, IV, I e II.</p> <p>43. Extingue-se o processo com julgamento de mérito quando o Juiz</p> <p>(A) indeferir a petição inicial.</p> <p>(B) acolher a alegação de perempção.</p> <p>(C) acolher a alegação de litispendência.</p> <p>(D) acolher a alegação de coisa julgada.</p> <p>(E) pronunciar a decadência.</p> <p>44. Se após a publicação da sentença for constatado erro de cálculo, o juiz</p> <p>(A) somente poderá retificá-la de ofício.</p> <p>(B) poderá retificá-la de ofício ou a requerimento da parte.</p> <p>(C) somente poderá retificá-la a requerimento da parte.</p> <p>(D) somente poderá retificá-la por meio de embargos de declaração.</p> <p>(E) não poderá retificá-la por ter esgotado sua atividade jurisdicional.</p>

45. De posse do mandado de penhora, o Oficial de Justiça procurou o executado, que fechou as portas da sua casa a fim de obstar a penhora de jóias de grande valor ali guardadas. Nesse caso, o Oficial de Justiça deve
- (A) dar voz de prisão ao executado, solicitando, se necessário, o concurso da polícia.
 - (B) arrombar a porta da residência, bem como de móveis e gavetas, lavrando auto circunstanciado.
 - (C) requisitar força policial para auxiliá-lo na execução da diligência.
 - (D) comunicar o fato ao juiz, solicitando-lhe ordem de arrombamento.
 - (E) dar novo prazo ao executado para indicar outros bens passíveis de penhora.

46. Constitui direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
- I. Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo para os que percebem remuneração variável.
 - II. Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.
 - III. Remuneração do serviço extraordinário, superior, no máximo, em trinta por cento à do normal.
 - IV. Proteção do salário na forma da lei, constituindo crime a sua retenção culposa.
 - V. Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

É correto APENAS o que consta em

- (A) I, II e V.
- (B) III, IV e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e III.
- (E) I e V.

47. Compete privativamente ao Senado Federal dispor sobre
- (A) limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - (B) concessão de anistia.
 - (C) moeda, seus limites de emissão e montante da dívida mobiliária federal.
 - (D) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública.
 - (E) sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas.

48. O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão ausentar-se do País por período superior a
- (A) vinte dias, sem licença do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) trinta dias, sem licença do Senado Federal.
 - (C) dez dias, sem licença da Câmara dos Deputados.
 - (D) quinze dias, sem licença do Congresso Nacional.
 - (E) cinco dias, sem licença do Conselho da República.

49. Em relação ao Tribunal de Contas da União, julgue as assertivas abaixo:

- I. É integrado por onze Ministros, com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade.
- II. Dois terços de seus Ministros serão escolhidos pelo Presidente da República, com aprovação do Congresso Nacional, e um terço pelo Senado Federal.
- III. Compete-lhe, dentre outras, a apreciação das contas prestadas anualmente pelo Presidente da República mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- IV. Os Ministros que o integram terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- V. As suas decisões de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

É correto APENAS o que consta em

- (A) I, II e V.
- (B) III, IV e V.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) I e III.

50. Quanto à Justiça do Trabalho, é INCORRETO afirmar que:

- (A) A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho funcionarão junto ao Tribunal Superior do Trabalho.
- (B) Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.
- (C) Nos Tribunais Regionais e nas Varas do Trabalho, a jurisdição será exercida por um juiz singular.
- (D) Compete-lhe processar e julgar os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
- (E) A lei criará varas da Justiça do Trabalho podendo, nas comarcas abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.

51. Para o empregado que trabalha em turnos ininterruptos de revezamento, a jornada legal é de

- (A) quatro horas e está prevista na Consolidação das Leis do Trabalho.
- (B) seis horas e está prevista na Constituição Federal.
- (C) cinco horas e está prevista na Constituição Federal.
- (D) quatro horas e está prevista em legislação especial.
- (E) oito horas e está prevista na Consolidação das Leis do Trabalho.

<p>52. A exigência de que o transporte do empregado seja fornecido pelo empregador, quando o local de trabalho é de difícil acesso ou não é servido por transporte público, é requisito que caracteriza a jornada</p> <p>(A) <i>in itinere</i>. (B) extraordinária. (C) reduzida. (D) especial. (E) contratual.</p>	<p>57. Suspende o andamento do processo a arguição de exceção de</p> <p>(A) retenção ou compensação. (B) prescrição ou litispendência. (C) ilegitimidade de parte. (D) suspeição ou incompetência. (E) inépcia ou coisa julgada.</p>
<p>53. O empregado que, em determinado dia da semana, encerra a prestação de serviços às 23h00min, poderá reiniciar os serviços no dia seguinte a partir de</p> <p>(A) 06h00min. (B) 07h00min. (C) 08h00min. (D) 09h00min. (E) 10h00min.</p>	<p>58. Considere as afirmativas abaixo:</p> <p>I. Tratando-se de empregado que não tenha obtido o benefício da justiça gratuita, ou isenção de custas, o sindicato que houver intervindo no processo responderá solidariamente pelo pagamento das custas devidas.</p> <p>II. O Ministério Público do Trabalho, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica são isentos do pagamento de custas.</p> <p>III. Os emolumentos serão suportados pelo vencido e serão pagos ao final da execução.</p> <p>É correto APENAS o que consta em</p> <p>(A) I. (B) II. (C) I e II. (D) I e III. (E) II e III.</p>
<p>54. A existência de quadro organizado em carreira, numa empresa, impede a equiparação salarial. Nesse caso, as promoções deverão obedecer critérios de</p> <p>(A) política econômica e empresarial. (B) produtividade e perfeição técnica. (C) tempo de serviço não superior a 2 (dois) anos. (D) antigüidade e merecimento. (E) identidade de estabelecimento e turno de serviço.</p>	<p>59. Terá preferência, em todas as fases processuais, o dissídio cuja decisão tiver de ser executada</p> <p>(A) perante o Juízo da falência. (B) em face de empregador pessoa física. (C) em face de empresa pública. (D) contra grupo econômico. (E) contra a União, Estados ou Municípios.</p>
<p>55. O empregado que recebe pagamento semanal tem direito ao aviso prévio de</p> <p>(A) 7 dias. (B) 8 dias. (C) 10 dias. (D) 15 dias. (E) 30 dias.</p>	<p>60. Caberão embargos de declaração de sentença ou acórdão no prazo de</p> <p>(A) 48 horas. (B) 5 dias. (C) 8 dias. (D) 10 dias. (E) 15 dias.</p>
<p>56. Os créditos previdenciários decorrentes de ação trabalhista</p> <p>(A) serão exigíveis somente após a quitação total do débito pelo executado, cabendo ao INSS, por meio do órgão competente, promover a execução.</p> <p>(B) serão executados em procedimento próprio, incumbindo ao órgão previdenciário a apresentação da conta de liquidação.</p> <p>(C) serão atualizados de acordo com os critérios estabelecidos na legislação previdenciária, podendo ser pagos tão logo seja elaborada a conta, sem prejuízo da cobrança de eventuais diferenças encontradas na execução <i>ex officio</i>.</p> <p>(D) serão objeto de execução <i>ex officio</i>, no valor fixado pelo juízo da execução, cabendo ao órgão previdenciário, exclusivamente, a atualização da conta.</p> <p>(E) resultantes de homologação de acordo não poderão ser objeto de manifestação do INSS nem sofrerão atualização.</p>	

